



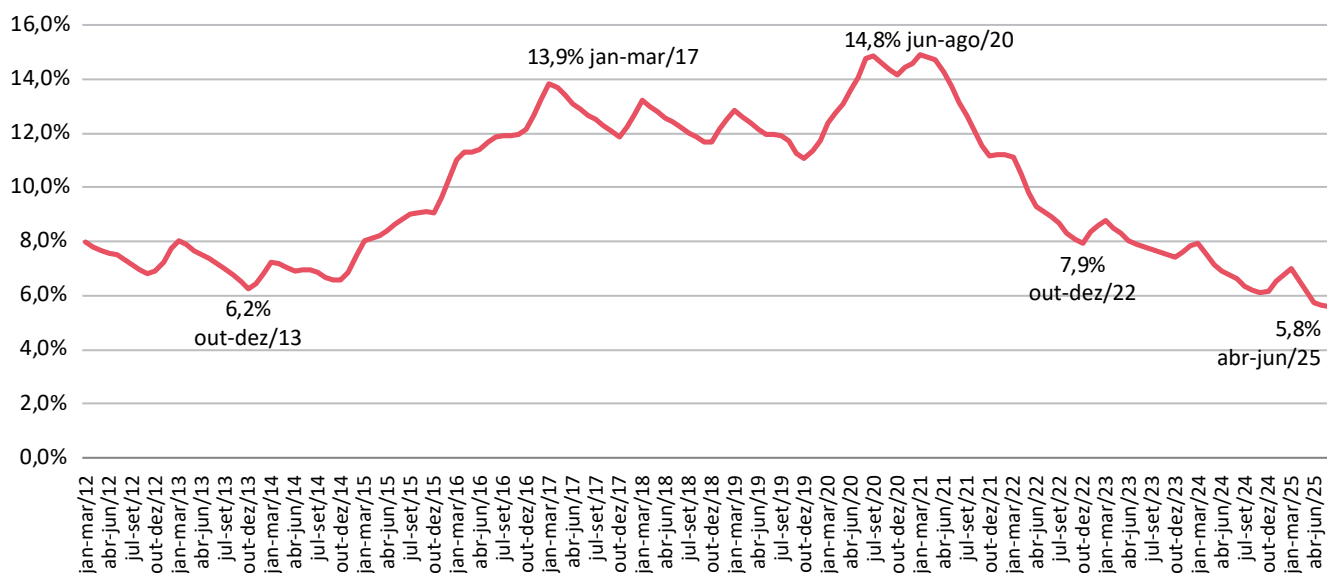
Luiz Guilherme Schymura

Pesquisador do FGV IBRE e doutor em economia pela FGV EPGE



Mudanças etárias e educacionais indicam que mercado de trabalho está menos aquecido do que parece

A taxa de desemprego brasileira está em seu nível mínimo na atual série histórica (iniciada em 2012), tendo atingido 5,8% no segundo trimestre de 2025 (ver gráfico 1). Também tem ocorrido aumento no número de pessoas ocupadas: em 58,8% no trimestre abril-junho, o nível de ocupação atingiu o ponto mais alto da série igualmente iniciada em janeiro-março de 2012. E há ainda a elevação da remuneração real média do trabalho, numa faixa acima de 4% ao ano, e, portanto, muito acima do crescimento da produtividade. Todos esses fatores caracterizam um mercado de trabalho muito aquecido. É certa surpresa, portanto, que a inflação não se encontre mais pressionada do que de fato está no presente momento. Embora elevada, e bastante acima da meta, a inflação de serviços não está subindo de forma contundente, o que seria de se esperar num mercado de trabalho extremamente pressionado.

Gráfico 1: Evolução da taxa de desemprego

Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

Esta Carta, que contou com a colaboração de Fernando de Holanda Barbosa Filho, Paulo Peruchetti, Jannaína Feijó e Daniel Duque, pesquisadores do FGV IBRE com foco no mercado de trabalho, explora alguns fatores que podem estar reduzindo de forma estrutural a taxa de desemprego no Brasil. Nesse caso, como explica Barbosa Filho, a queda do desemprego não necessariamente traz pressão inflacionária. Em outras palavras, os fatores estruturais fazem com que caia a taxa neutra de desemprego (a que não cria pressões nem inflacionárias nem desinflacionárias). Isso não quer dizer que o mercado de trabalho não tenha se tornado mais aquecido, o que é inegável, mas sugere que parte dos números extremamente fortes mencionados acima possa ser explicada pelas mudanças estruturais.

Um primeiro fator nesse sentido é a reforma trabalhista que, segundo estimativas de Ottoni e Barreira (2021), pode ter reduzido a taxa de

desemprego entre 1,2 e 3,5 pontos percentuais (p.p.). Outro artigo, de Corbi *et. al.* (2022), evidencia que a diminuição dos incentivos à judicialização, como efeito da reforma trabalhista de 2017, levou a uma queda expressiva do número de processos na Justiça do Trabalho dois anos após a aprovação da reforma. Sua estimativa indica, em consequência, uma queda de 1,7 p.p. na taxa de desemprego. Esse impacto nos processos trabalhistas, porém, está sendo parcialmente revertido por decisão do STF.

A redução da taxa de participação no mercado de trabalho, como efeito dos programas de transferência de renda (com destaque para o Bolsa Família, que quadruplicou de tamanho), também pode estar reduzindo a taxa de desemprego. O tema foi abordado na Carta do IBRE de agosto deste ano.

Mas o foco específico desta Carta são os efeitos no mercado de trabalho de mudanças demográficas e educa-

cionais das últimas décadas. Para isso, foram realizados exercícios contrafactuais que fixam a composição educacional, a composição etária e a interação entre ambas nos níveis de 2016 – ano anterior à reforma trabalhista. O contrafactual mostra como seria o mercado de trabalho de 2016 até hoje com aquelas variáveis fixadas no nível de 2016.

Os exercícios indicam que, ao se controlar os efeitos decorrentes da evolução do binômio educação-demografia, o mercado de trabalho apresentaria desempenho substancialmente mais modesto. Especificamente, a taxa de desemprego seria mais elevada, enquanto a taxa de participação e o nível de ocupação seriam inferiores, sinalizando menor dinamismo em termos de quantidade de postos de trabalho. Paralelamente, os rendimentos se manteriam em patamar semelhante ao de cinco anos atrás, período pré-pandemia, com taxa de crescimento real significativamente reduzida.

Nesse cenário, a combinação entre menor expansão das quantidades (queda da taxa de desemprego e elevação do nível de atividade) e menor nível de crescimento do rendimento real sugere que as pressões exercidas pelo mercado de trabalho sobre a economia são inferiores às captadas pelos números oficiais. Adicionalmente, o crescimento da produtividade do trabalho pouco acima da renda real contrafactual contribui para explicar por que a pressão do mercado de trabalho na economia não é tão elevada como se supõe.

Em termos educacionais, houve melhora forte entre 2016 e 2025 tanto na PEA, a força de trabalho, quanto na PIA, a população em idade de trabalhar (14 anos ou mais segundo a definição oficial). Enquanto os participantes de menor

instrução diminuíram em termos relativos entre o primeiro trimestre de 2016 e o segundo de 2025, os de maior instrução aumentaram (ver tabela 1). Como se nota na tabela, a taxa de desemprego por nível educacional tem um formato de “U invertido”, sendo menor nos extremos (grupos de menor e de maior escolaridade) e maior nos grupos intermediários. Já a taxa de participação e o nível de educação sobem continuamente, à medida que se vai das faixas mais baixas para as mais altas de escolaridade.

Já em termos etários, as coortes mais jovens perderam peso relativo na estrutura demográfica. Este é um fato importante, porque o desemprego dos jovens é muito maior do que o de faixas etárias mais idosas. No segundo trimestre de 2025,

por exemplo, o desemprego na faixa de 14 a 17 anos era de 21,7%, e o na faixa de 18 a 24 anos, de 12%. Já o desemprego, no mesmo período, das pessoas com 50-59 anos era de 3,7%, e o daqueles com mais de 60, de 2,3%.

Quando a fatia na PEA de um grupo com taxa de desemprego elevada diminui, a taxa geral de desemprego tende a cair, “sem que isso represente um mercado mais aquecido”, como observa Barbosa Filho. O pesquisador assinala que não se contesta que houve aquecimento do mercado de trabalho entre 2016, em plena recessão, e 2025, com a taxa de desemprego caindo em todas as faixas etárias. O seu foco, no entanto, é a parcela de queda da taxa de desemprego que se deu pela mudança etária e educacional da PEA, e que

Tabela 1: Indicadores selecionados por grau de instrução

Data	Escolaridade	% da força de trabalho	% da população em idade para trabalhar	Taxa de desemprego	Taxa de participação	Nível de ocupação	Renda
2016.I	Sem instrução e fundamental incompleto	27,6%	36,4%	9,3%	47,7%	43,3%	1.677
	Fundamental completo e médio incompleto	16,9%	18,6%	15,0%	57,1%	48,5%	1.991
	Médio completo e superior incompleto	38,8%	32,5%	12,7%	75,0%	65,5%	2.588
	Superior completo	16,7%	12,5%	5,9%	83,5%	78,6%	7.334
2025.II	Sem instrução e fundamental incompleto	18,0%	28,0%	5,4%	40,1%	37,9%	1.878
	Fundamental completo e médio incompleto	13,3%	16,2%	7,9%	51,2%	47,2%	2.121
	Médio completo e superior incompleto	44,7%	37,8%	6,6%	73,8%	68,9%	2.642
	Superior completo	24,0%	18,0%	3,2%	83,1%	80,4%	6.827

Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

não representa pressão no mercado de trabalho.

Assim, no exercício contrafactual dos pesquisadores do IBRE, nota-se que a taxa de desemprego do segundo trimestre de 2025, de 5,8%, sobe para 5,9% caso se considere, em vez da composição educacional da PEA atual, a composição de 2016. Já quando se considera a composição etária da PEA de 2016, a taxa de desemprego se eleva para 6,3%. Quando os dois efeitos são considerados ao mesmo tempo – educação e idade –, a taxa de desemprego vai a 6,5%.

Já a taxa de participação no segundo trimestre de 2025 foi de 62,4%. Porém, quando se supõe contrafactualmente que a composição educacional da PIA se mantém igual à de 2016, a taxa de participação cai para 58,5%. A razão é que, como já mencionado, a taxa de participação sobe à medida que aumenta a escolaridade. O exercício contrafactual elimina o fator altista da taxa de participação entre 2016 e 2025 causado pelo avanço educacional da força de trabalho.

No entanto, quando o contrafactual é manter constante a estrutura etária de 2016 na PIA, a taxa de participação no segundo trimestre de 2025 sobe para 63,6%. Esse efeito é um pouco mais complexo, mas, no frigor dos ovos, o envelhecimento da PIA contribui para reduzir a taxa de participação. Por exemplo, o grupo de 14-17 anos, que tem a menor taxa de participação (14,6% no segundo trimestre de 2025), teve queda no peso relativo da PIA, de 8,3% para 6,8% entre 2016 e 2025. Na outra ponta, houve expressivo ganho de participação dos trabalhadores com mais de 60 anos que elevaram seu peso relativo na PIA, passando de 16,1% para 20,2%.

Quando os dois efeitos são considerados ao mesmo tempo – educação e idade –, a taxa de desemprego, que foi de 5,8% no segundo trimestre de 2025, vai a 6,5%

A combinação dos efeitos contrafactuais de educação e estrutura etária da população em idade ativa leva a uma taxa de participação de 61,4%, menor que o nível de 62,4% efetivamente ocorrido no segundo trimestre de 2025. Assim, o efeito da escolaridade se sobrepõe ao efeito etário.

O nível de ocupação, por sua vez, foi de 58,8% no segundo trimestre de 2025. Quando se mantém, de forma contrafactual, a estrutura educacional da PIA de 2016, o nível de ocupação cai para 55%, pelo fato de que, quanto mais educada a força de trabalho, maior a proporção dos que conseguem se manter ocupados. Já o efeito etário, novamente, é inverso. Mantendo-se constante a estrutura educacional de 2016, o nível de ocupação no segundo trimestre de 2025 seria de 59,7%, maior do que o realmente ocorrido. O efeito líquido da eliminação dos fatores etários e educacionais na taxa de participação do segundo trimestre de 2025 leva o indicador a 57,5%, 1,3 p.p. abaixo da leitura real.

Já no caso do salário real, tanto a mudança educacional como a etária contribuíram para aumentá-lo entre 2016 e 2025. No segundo trimestre de 2025, o rendimento real médio foi de R\$ 3.477. Se for mantida a estrutura educacional da população ocupada (PO) de 2016, no entanto, o rendimento real cai para R\$ 3.102. Já se o exercício contrafactual for o de manter a estrutura etária da PO de 2016, o salário real médio iria para R\$ 3.435. Somando-se o efeito educacional e etário, o rendimento real seria de R\$ 3.049. Em vez de se registrar, no segundo trimestre de 2025 – como de fato ocorreu –, o maior rendimento real médio da série histórica iniciada em 2012, o salário real atual seria similar ao observado em 2016.

Finalmente, tomando como ponto de partida o último trimestre de 2019, nota-se que o aumento do salário real ultrapassou o crescimento da produtividade no fim de 2023, e hoje se encontra bem acima dele. A produtividade cresceu apenas 2,5% do fim de 2019 até o segundo trimestre de 2025, comparado ao aumento real de 8,4% do rendimento médio real no mesmo período. Porém, quando se toma o rendimento ajustado para eliminar os efeitos da mudança etária e educacional da PO, o aumento desde 2016 é de apenas 1,6%, inferior ao da produtividade no mesmo período.

Em resumo, a revisão dos números realizada pelos economistas do IBRE mostra um mercado de trabalho ainda forte, mas explica a falta de maior pressão inflacionária que os números oficiais indicariam. A razão é que há um fenômeno estrutural, provocado pelo binômio educação-idade,

no mercado de trabalho brasileiro. Quando se limpa esse fator da evolução dos indicadores do mercado de trabalho entre 2016 e 2025, a taxa de desemprego sobe de 5,8% para 6,5%, o nível de ocupação cai de 58,8% para 57,5% e a taxa de participação se reduz de 62,4% para 61,4%. Já o nível do rendimento real, nesse exercício contrafactual, seria similar ao de 2016, sem elevação ao longo de dez anos. Na comparação com o último trimestre de 2019, o rendimento real aumentou de fato 8,4%, mas, no exercício contrafactual, registra-se recuo de 1,6%. Por fim, a medíocre elevação da produtividade do trabalho desde o fim de 2019 seria levemente superior ao aumento do rendimento real no mesmo período.

O importante do exercício dos economistas do IBRE é o fato de que as mudanças criadas pelo fator

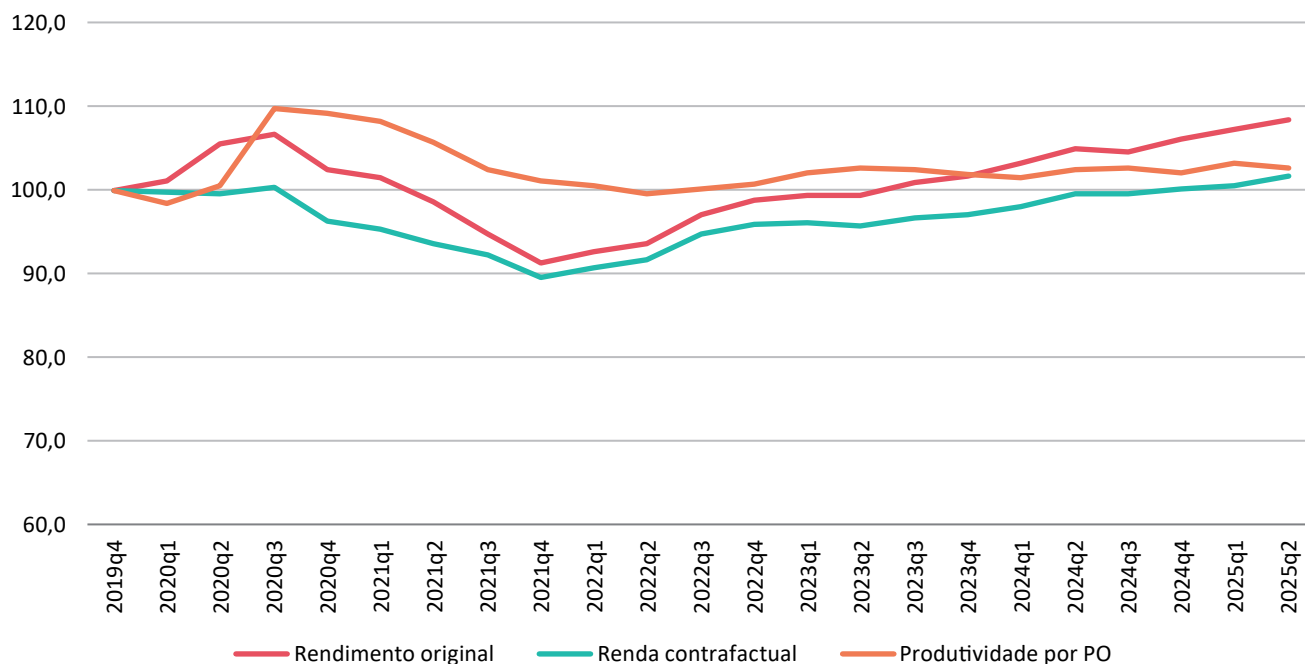
estrutural, que decorrem de efeito composição, não provocam aquecimento do mercado de trabalho. Assim, quando se tomam os números do exercício contrafactual, tem-se uma base de comparação mais precisa para acompanhar a temperatura do mercado de trabalho. É evidente que houve aquecimento entre 2016 e 2025, mas ele é menor do que parece à primeira vista. Barbosa Filho acrescenta que, olhando à frente, os processos de envelhecimento e de melhora educacional da população – e da PIA, PEA e PO – devem prosseguir, exercendo pressão baixista sobre a taxa de desemprego estrutural, sem que isso signifique pressão adicional no mercado de trabalho. Uma outra forma de ver esse fenômeno é constatar que a taxa natural (neutra) de desemprego no Brasil caiu e continuará caindo.

Os economistas do IBRE, aliás, já estão preparados para divulgar regularmente um novo conjunto de indicadores: a taxa de desemprego, o nível de emprego e o salário médio, controlando-se para mudanças etárias e educacionais ao longo de cada ano. É um tipo de indicador que o Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, já calcula e divulga, no caso dos salários. Os novos indicadores do IBRE devem começar a ser divulgados em breve, com periodicidade trimestral e baseados nos dados da PNADC. ▀

O texto é resultado de reflexões apresentadas em reunião por pesquisadores do IBRE. Dada a pluralidade de visões expostas, o documento traduz minhas percepções sobre o tema. Dessa feita, pode não representar a opinião de parte, ou da maioria, dos que contribuíram para a confecção deste artigo.

Gráfico 2: Renda x produtividade

Número índice 2019.IV = 100



Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.